

MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

COOPERAÇÃO CABO VERDE - FAO PARA A SEGURANÇA
ALIMENTAR E ADAPTAÇÃO FACE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

SANDRA SANTOS MONTEIRO L49697

MARÇO - 2021

MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

COOPERAÇÃO CABO VERDE - FAO PARA A SEGURANÇA
ALIMENTAR E ADAPTAÇÃO FACE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

SANDRA SANTOS MONTEIRO L49697

ORIENTAÇÃO:

PROFESSORA DOUTORA IOLANDA ÉVORA

MARÇO - 2021

ABSTRACT

Access to adequate food is an important factor for human development, economic development and sustainable environmental development. Climate change is an environmental threat to food security, especially for arid and semi-arid environments in developing countries. Thus, its impacts must be taken into account in sustainable development policies. The objective of this research is to analyze the strategies and general guidelines of the government on food security in the country and to discuss them critically considering their pertinence and articulation with the proposals and orientations on the theme defended by international bodies as in partnership with international bodies as FAO and the United Nations in the face of the threat of climate change to guarantee food security in the country in the face of climate change.

Keyword: Food Security, Climate Change, Cooperation, Sustainable Development, FAO, Cape Verde

RESUMO

O acesso a uma alimentação adequada é um fator importante para o desenvolvimento humano, desenvolvimento económico e desenvolvimento ambiental sustentável. As alterações climáticas constituem uma ameaça ambiental à segurança alimentar principalmente para os ambientes áridos e semiáridos em países em desenvolvimento. Assim, os seus impactes devem ser levados em conta nas políticas de desenvolvimento sustentável. O objetivo desta pesquisa é analisar as estratégias e linhas gerais do governo sobre a segurança alimentar no país e discutilas criticamente considerando a sua pertinência e articulação com as proposições e orientações sobre o tema defendidas pelas instâncias internacionais como em parceria com as instâncias internacionais como a FAO e Nações Unidas face à ameaça das alterações climáticas para garantir a segurança alimentar no país face às alterações climáticas.

Palavras-chave: Segurança Alimentar, Alterações Climáticas, Cooperação, Desenvolvimento Sustentável, FAO, Cabo Verde

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas, desde amigos, familiares e colegas que me apoiaram e estiveram presentes nesta trajetória.

À Professora Doutora Iolanda Évora, agradeço a sua disponibilidade e dedicação e por sempre me apoiar e orientar neste trabalho.

Agradeço principalmente aos meus pais pela dedicação: à minha mãe pelo apoio constante e ao meu pai pelo incentivo nos estudos desde sempre.

Siglas e abreviaturas

ENSA - Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (Cabo Verde)

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

INE - Instituto Nacional de Estatísticas

ONU- Organização das Nações Unidas

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PIB - Produto Interno Bruto

SA - Segurança Alimentar

EU - União Europeia

Índice

ABSTRACT.....	1
AGRADECIMENTOS.....	2
Siglas e abreviaturas.....	3
I. Introdução	5
II. Revisão da literatura	7
1. Conceito de segurança alimentar.....	7
2. Conceito de desenvolvimento.....	8
3. Vulnerabilidade e adaptabilidade	9
III. Segurança Alimentar	11
1. A importância da segurança alimentar para o desenvolvimento	11
2. Segurança alimentar e alterações climáticas	11
IV. Segurança alimentar em Cabo Verde	13
1. Vulnerabilidade da Agricultura em Cabo Verde.....	14
2. Impactes das mudanças climáticas em Cabo Verde	15
V. Cooperação Cabo Verde e FAO.....	16
VI. Considerações finais e recomendações	22
VII. Referências bibliográficas	23
VIII. Anexos.....	29

I. Introdução

O acesso a uma alimentação adequada é um fator importante para o desenvolvimento humano, desenvolvimento económico e desenvolvimento ambiental sustentável. A Segurança Alimentar constitui uma das preocupações principais da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) cujas diretrizes se prendem com *“alcançar a segurança alimentar de todos e garantir que as pessoas tenham acesso regular a alimentos de alta qualidade suficientes para levar uma vida ativa e saudável”* (FAO, 2020).

As alterações climáticas são a maior ameaça ambiental do século XXI (FAO 2008), o que afeta o direito à alimentação, à saúde, à habitação e ao sustento básico. Segundo a FAO (2008) as alterações climáticas (aumento da temperatura e redução da disponibilidade de água) irão implicar a diminuição na produção de alimentos e, conseqüentemente, a sua menor disponibilidade terá efeitos muito negativos sobre a SA. Os ambientes áridos e semiáridos em países em desenvolvimento são os que têm menor capacidade e recursos para adaptação às alterações climáticas (Ferreira, 2018) e esses impactos devem ser levados em conta nas políticas de desenvolvimento sustentável.

Cabo Verde sempre apresentou problemas de Segurança Alimentar com episódios de seca escassez de alimentos e fomes devido às condições naturais. Cabo Verde enquanto signatário da Declaração de Roma e do Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação, 1996, reconhece, que o direito à alimentação, é um Direito Fundamental do Homem e vem envidando esforços para garantir esses direitos (Silva, 2006).

As autoridades nacionais apresentaram o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) 2017-2021, resultado de um processo participativo para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde, estando alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Nações Unidas em Cabo Verde, 2021). A “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, das Nações Unidas, é um trabalho conjunto de Governos e cidadãos de todo o mundo com vista à promoção do desenvolvimento com 17 Objetivos (Nações Unidas Cabo Verde, 2021). Os compromissos do Programa do Governo estão alinhados com as agendas internacionais e com as respetivas execuções (PEDS 2017/2021).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) têm como um dos objetivos a erradicação de todas as formas da fome e desnutrição até 2030, especialmente aquela que afeta a infância, destacando a importância da agricultura sustentável. Cabo Verde cumpriu grande parte dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015 (nas áreas da saúde e educação como por exemplo: redução da mortalidade infantil, combate ao HIV, malária e outras doenças, promoção da igualdade do género, acesso universal ao ensino primário). Entre 2000 e 2007 cerca de 10% da população saiu da pobreza (36,7% em 2002 para 26,6% em 2007). Não obstante, a situação ainda é grave nas áreas rurais onde se localizam cerca de 72% da população pobre. O país sempre apresentou dificuldades em termos de produção alimentar sobretudo devido à seca e desertificação. Com as alterações climáticas as dificuldades do país podem acentuar-se, tornando-se necessário ações que mitiguem esses efeitos no desenvolvimento do arquipélago.

Importa por isso conhecer quais são as medidas do governo e as instâncias Internacionais para dar resposta a esses desafios, sem colocar em causa o acesso físico e económico permanente da população à alimentação. A escolha do tema deve-se ao interesse em

analisar as estratégias em países em vias de desenvolvimento de adaptação às alterações climáticas (que constitui o objeto de estudo). A análise centra-se na parceria com o governo e a FAO pois esta é uma importante instituição na garantia da Segurança Alimentar. Criada na sequência Conferência de Alimentação de Hot Springs, nos Estados Unidos, em 1943, a FAO como um importante ator na articulação internacional para a elaboração e planeamento de estratégias contra a insegurança alimentar e foi a partir dela que houve um novo envolvimento em torno da questão da fome (Silva, 2014)

O objetivo desta pesquisa é analisar as estratégias e linhas gerais do governo sobre a segurança alimentar no país e discuti-las criticamente considerando a sua pertinência e articulação com as proposições e orientações sobre o tema defendidas pelas instâncias internacionais como em parceria com as instâncias internacionais como a FAO e Nações Unidas face à ameaça das alterações climáticas para garantir a segurança alimentar no país face às alterações climáticas. As questões levantadas são: a) se a cooperação pretende fazer uma gestão sustentável dos recursos naturais como água e solo; b) se os projetos contribuem para uma menor dependência em relação ao exterior; c) se conta com o envolvimento das populações locais nas tomadas de decisões. A SA está relacionada com varias outras áreas e sua promoção terá resultados positivos na saúde e bem-estar, erradicação da pobreza, produção e desenvolvimento agrícola, gestão sustentável dos recursos, igualdade de género e ação contra as mudanças climáticas. Assim, é importante que a promoção da SA tenha em conta essas variáveis.

Em termos metodológicos, este trabalho parte de uma pesquisa bibliográfica de material como artigos académicos, documentos, livros, Relatórios do governo e das Nações Unidas, políticas institucionais, projetos, programas o governo e legislação governamentais. As principais fontes de informação foram os relatórios oficiais nacionais dos ministérios, Inquéritos, Recenseamentos; bancos de dados (FAO, PNUD, ONU, UNRIC), bem como os serviços nacionais de estatística (INECV, Banco de Cabo Verde). Partindo deste estudo de caso é possível traçar uma linha geral das práticas da FAO em relação a outros países ou regiões em situação de seca e vulnerabilidade, atendendo às particularidades de cada um.

O trabalho encontra-se dividido em seis partes. No primeiro tópico, referente à revisão da literatura, são discutidos conceitos como a segurança alimentar e suas dimensões, desenvolvimento e vulnerabilidade face às alterações climáticas. A importância da segurança alimentar para o desenvolvimento (subsistência das famílias e dinamização da economia local) e o modo como esta é afetada pelas alterações climáticas são exploradas na segunda parte do trabalho. No terceiro tópico é analisada a forma como as alterações climáticas colocam em causa a segurança alimentar. No quarto tópico é explorada a segurança alimentar no estudo de caso de Cabo Verde, com foco na caracterização da população da agrícola e da prática agrícola no país. Na quinta parte é analisada a cooperação entre a FAO e o país, particularmente os pontos que se referem à SA e medidas de mitigação das alterações climáticas na agricultura. Na última parte é feita a discussão de resultados as conclusões.

II. Revisão da literatura

1. Conceito de segurança alimentar

A Segurança Alimentar é um conceito que vem sendo discutido e consolidado ao longo das últimas décadas. Começou por ser, na década de 1970, relacionado com problemas globais de abastecimento dos países e não de indivíduos ou famílias particularmente. Foi em 1983, que a FAO incluiu no conceito a garantia do acesso físico e económico das pessoas à alimentação básica necessária. (FAO, 2006)

Na Conferência Mundial de Alimentação realizada em Roma em 1974, a Segurança Alimentar foi definida como a garantia de adequado suprimento alimentar mundial e que a fome não era só explicada pela pouca disponibilidade de alimentos mas da dificuldade de acesso da população aos mesmos. Na Cimeira Mundial da Alimentação realizada em 1996, a FAO referiu que existe Segurança Alimentar “*quando as pessoas, a qualquer momento, têm acesso físico e económico a uma quantidade de alimentos seguros e nutritivos, que satisfaçam as necessidades de uma dieta que permita uma vida ativa e saudável*” (FAO, 1996). Deve existir disponibilidade física de alimentos, acesso físico e económico aos alimentos, uso dos alimentos na dieta alimentar e estabilidade temporal destas três dimensões. Por outro lado, a insegurança pode ser categorizada em três tipos: crónica, que se prolonga por um longo período de tempo; transitória, de curto prazo e temporária; e sazonal, (situação entre crónica e transitória, geralmente previsível) (FAO, 2014).

Segundo Simon (2009), existem quatro dimensões da segurança alimentar: a) disponibilidade, que se refere à quantidade de alimentos presente num país ou região contabilizado através de produção interna, importações, reservas alimentares ou ajuda alimentar externa; b) acesso, que diz respeito ao acesso físico (ter um lugar onde se possa adquirir alimentos), social (para todos os grupos económicos e sociais) e económico (capacidade financeira de adquirir com regularidade quantidades suficientes de alimentos para satisfazer as suas necessidades básicas); c) utilização, relacionado com o uso, a conservação, tratamento e preparação com alimentos seguros, conservados, de boa qualidade e nutritivos (a utilização dos alimentos está relacionada com a água potável, as condições higiénicas e assistência sanitária); d) estabilidade, aplica-se às dimensões de segurança alimentar mencionadas anteriormente. A segurança alimentar é uma situação que apresenta carácter permanente e sustentável.

A definição de SA da FAO, apesar de ser amplamente aceite, não faz referência aos modelos de produção agrícola, à distribuição e consumo dos alimentos. Esta é baseada num paradigma neoclássico/neoliberal de globalização e comércio internacional caracterizado pela liberalização do comércio, privatização dos recursos naturais e na desregulamentação dos mercados (Lang & Barling, 2012; Brissos, 2016). Brissos (2016) e Lang & Barling (2012) discutem o paradigma neoclássico/neoliberal de produção que é caracterizado por uma agricultura intensiva industrial, orientada para um aumento constante de produção com a utilização de agrotóxicos, manipulação genética exportação de commodities. Brissos (2016) refere que muitos produtores, consumidores, sociedade civil, defensores da pequena agricultura familiar e até alguns decisores da FAO, apelam a reformas sustentáveis. Em alternativa, o modelo de Soberania Alimentar defende uma “*agricultura camponesa e familiar, orientada para a produção de alimentos saudáveis e nutritivos provenientes das culturas autóctones e destinados ao autoconsumo e ao abastecimento dos mercados locais, onde os preços seriam*

estipulados de forma justa, tendo em conta os seus custos de produção reais” (Brissos, 2016; 23)

2. Conceito de desenvolvimento

O desenvolvimento não é um conceito unânime e existem diferentes abordagens sobre o que se entende por desenvolvimento. Começou por ser sinónimo de crescimento económico (medido através do PIB” ou o rendimento per capita) que tinha a industrialização como o único caminho para a melhoria nos padrões de vida das pessoas (Thomas, 2000) com base na “*sociedade industrial moderna, no século XVIII*” (Silva, 2014; 36).

Ao longo dos anos foram surgindo várias críticas com abordagens de diferentes perspectivas sociais, históricas, culturais. Uma das críticas prende-se com o facto de se ter centrado particularmente no crescimento económico, numa primeira fase. Amaro (2017) refere que, para muitos autores, o conceito de desenvolvimento constitui um mito e um estado inalcançável, e que para outros, constitui uma estratégia de dominação e influência das grandes potências mundiais (Amaro, 2017). Por outro lado, o paradigma dominante na primeira fase da Ajuda ao Desenvolvimento reflete a experiência histórica norte-americana e europeia que se tornou referência para os países em vias de desenvolvimento sendo criticado por vários autores visto que o paradigma dominante não tem em conta a diversidade histórica, social, cultural dos demais países. Do mesmo modo eram os doadores que e eram estes que decidiam as áreas em se deveria investir sem ter em conta as prioridades apontadas pelos receptores. Amaro (2017) menciona que foram impostos “*modelos ou caminhos a seguir*” aos níveis cultural, económica, social, ambiental, cognitiva, simbólica e ética “*como modernidade e civilização superiores a alcançar, ou como farol ou sol de referência*” (Amaro, 2017; 77).

Para alguns autores, principalmente do Sul, é importante seguir outras direções. Santos (2010) propõe a rutura radical com as formas ocidentais modernas de pensamento e defende o pensamento pós-abissal¹ que tem como premissa a pluralidade de pensamento. O autor refere que o colonialismo, além de exercer as várias dominações económica, política, cultural, social, também e sobretudo exerceu a condicionou a epistemologia. O Sul como “*um campo de desafios epistémicos*” (Meneses, Santos, 2009; 10) procura a pluralidade de intervenções epistemológicas que valorizam saberes e “*investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos*” (Santos, Meneses, 2009; 10). Esse diálogo entre saberes chama-se ecologia de saberes

A partir da experiência dos países africanos o economista Felwine Sarr (2020) considera que o processo de desenvolvimento deve ser adaptado ao contexto económico, filosófico, cultural e espiritual. O autor sugere que os países em desenvolvimento devem traçar uma nova abordagem em vez de seguir o trajeto socio-históricas de outros. Segundo Petraglia (2011) cada país deve conhecer os próprios limites, possibilidades, e desenhar prestativas a partir da sua própria realidade. Para Felwine Sarr é importante harmonizar os aspetos económico, o ecológico e social.

Vários eventos foram marcantes para discutir novas abordagens sobre o desenvolvimento. O Fórum Social Mundial (FSM) surgiu como uma crítica à globalização

¹ O pensamento abissal consiste num sistema de distinções que divide a realidade social em dois universos: o “deste lado da linha” e “do outro lado da linha” sendo que este ultima desaparece enquanto realidade e o primeiro se torna o dominante. (Santos, Meneses, 2009).

neoliberal capitalismo e ao imperialismo. Criada em 2001 por organizações e movimentos sociais, surgiu como oposição Fórum Económico Mundial, que ocorria ao mesmo tempo em Davos, na Suíça. O FSM apresentou modelos alternativos de desenvolvimento e de sociedade que colocam em pauta questões como: o envolvimento da sociedade civil no debate e formulação de propostas para o desenvolvimento pensando o todo a partir de várias perspetivas; a busca e construção de alternativas que promovam a justiça social, a igualdade e a soberania dos povos; a promoção de relações igualitárias o protagonismo da sociedade em projetos sociais e construção de cidadania e novas lideranças no meio rural; as lideranças femininas; a revalorização dos conhecimentos tradicionais (Fórum Social Mundial, 2017).

A questão ambiental passou a ser uma das preocupações fundamentais da generalidade dos países. As primeiras preocupações ambientais à escala global surgiram no século XX com a Conferência Científica da ONU sobre a Conservação e Utilização de Recursos, em 1949 e com a Conferência sobre Biosfera, realizada em Paris, em 1968 (Borges e Tachibana, 2005) e as mais primordiais foram a publicação do Relatório Limites do Crescimento do Clube de Roma e a Conferência de Estocolmo, em 1972, que conscientizou os países sobre a importância da conservação ambiental para a manutenção da espécie humana; o relatório “Nosso Futuro Comum” ou “Relatório Brundtland”, em 1987 onde surge o conceito de desenvolvimento sustentável² que reforça a necessidade de preservação do meio ambiente; e a publicação do Relatório Limites do Crescimento foi a primeira abordagem em termos globais dos problemas associados à degradação ambiental. A II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) realizada no Rio de Janeiro em 1992, com a participação de 178 países, discutiu sobre a gestão ambiental global e defendeu a soberania dos Estados gerirem os seus próprios recursos autonomamente conforme as suas necessidades (declaração do Rio sobre ambiente e desenvolvimento, 1992). Esta conferência aprovou documentos como a Agenda 21, que apresenta contribuições sobre assentamentos humanos, erradicação da pobreza, proteção dos oceanos, e dos ecossistemas.

Em Cabo Verde após a Cimeira do Rio 92, foram proclamadas com a Lei nº 89/IV/93 e o Decreto-Regulamentar nº 14/97 as bases legais da política do ambiente, que, com o Artigo nº 72 da Constituição da República, procuram que todos os cidadãos tenham direito à vida ecologicamente equilibrada, remetendo para as autoridades públicas a defesa e preservação do ambiente, o ordenamento do território, o uso racional dos recursos, a educação ambiental, o respeito pelos valores do ambiente, a luta contra a desertificação e os efeitos da seca (Relatório à Conferência RIO+20, 2012). Cabo Verde já ratificou a maioria das Convenções das Nações Unidas no domínio ambiental. Neste relatório foi dado particular destaque às designadas três convenções do Rio (UNCCD, UNCBD e UNFCCC).

3. Vulnerabilidade e adaptabilidade

Fragoso (2007) explica que a vulnerabilidade em relação às alterações climáticas depende do risco de ocorrência de secas ou cheias e da capacidade de adaptação (recursos materiais, financeiros, implementação de estratégias de adaptação, etc). A adaptabilidade diz respeito às medidas tomadas pelos governos face aos fenómenos das alterações climáticas.

² Segundo o Relatório Brundtland de 1987, “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades” (Relatório Brundtland de 1987).

Quanto mais vulneráveis forem as populações, menor a sua capacidade de adaptação às crises. Assim as medidas institucionais são cruciais para as comunidades (Fragoso, 2007).

A vulnerabilidade é particularmente acentuada nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) e pelos Países Menos Avançados (PMA) onde existe a vulnerabilidade das condições ambientais e a dificuldade de resposta aos níveis sociais, tecnológicos e financeiros (Ferreira, 2018).

III. Segurança Alimentar

1. A importância da segurança alimentar para o desenvolvimento

O acesso a uma alimentação adequada é um fator importante para o desenvolvimento humano, desenvolvimento económico e desenvolvimento ambiental sustentável. O setor agrícola permite a diversificação de economias, a criação de emprego, redução da dependência de produtos alimentares importados, a revitalização das áreas rurais e a gestão sustentável dos territórios (African Development Bank, 2015). A agricultura é responsável por empregar mais de dois terços da população e é responsável por quase um quarto do PIB (African Development Bank, 2015). Ferreira (2018) refere que as colheitas agrícolas e os rendimentos derivados da floresta são as principais fontes de rendimento das populações dos países em desenvolvimento para 1.3 mil milhões de pessoas em situação de pobreza (Ferreira, 2018). O setor agrícola contribui duas vezes para o crescimento do PIB e da redução da pobreza qualquer outro setor. E esse impacto é significativo na África Subsariana onde a agricultura reduz a pobreza de forma onze vezes mais rápida em comparação com outras atividades (Ferreira, 2018).

Contudo, é nas áreas rurais que se encontram os grupos sociais mais vulneráveis à fome e pobreza a nível mundial, verificando-se que mais de 70% dos extremamente pobres nessas regiões. A insegurança alimentar estrutural é um desafio para as economias frágeis devido à sua suscetibilidade à volatilidade dos preços, fracas infraestruturas agrícolas, e governança e instituições fracas. O continente africano é a região do mundo com a insegurança alimentar com mais de 232 milhões de pessoas subnutridas. As importações de alimentos no continente africano foram de 35,4 mil milhões de dólares em 2015 (African Development Bank, 2015). O grupo mais vulnerável são as mulheres que estão limitadas no acesso às propriedades agrícolas, tomada de decisões domésticas, educação, finanças e mercados. Segundo estimativas da FAO, a eliminação da desigualdade de género aumenta a produtividade agrícola em 20-30% (African Development Bank, 2015).

Deste modo, investir no desenvolvimento rural é importante para garantir na Segurança Alimentar. O Banco de Desenvolvimento de África refere (2015) que o continente tem um elevado potencial de produção agrícola com 60% das terras aráveis não utilizadas do mundo, permitindo a criação de postos de emprego, diversificar as economias, aumentar os rendimentos, aumentar a segurança alimentar e a estabilidade macroeconómica, mitigar conflitos e reduzir a migração interna e externa. Por outro lado, é importante empoderar os grupos mais vulneráveis como é o caso das mulheres. O Clube Dimitra da FAO, que visa promover a participação de conhecimentos e perspetivas das mulheres nas diversas atividades, fez aumentar a quantidade de pescado e receitas através da participação feminina nas pescas na República Democrática do Congo (FAO, 2018).

2. Segurança alimentar e alterações climáticas

A segurança alimentar é crucial para desenvolvimento, no entanto, nas últimas décadas, têm existido uma degradação dos recursos naturais e da biodiversidade, com consequências na segurança alimentar e nutricional (Ferreira, 2018). Os impactes climáticos em algumas regiões, poderão resultar em escassez de certos alimentos, com aumento dos casos de desnutrição e fome (Hlpe, 2012). Em 2050, a fome e a subnutrição infantil podem aumentar em até 20% devido aos desastres em decorrência das alterações climáticas (African Development Bank, 2020).

As alterações climáticas constituem uma preocupação global urgente pelo facto de as suas consequências serem sentidas por várias regiões do mundo e permanecerem para as próximas gerações. A subida da temperatura tem consequências na subida do nível das águas do mar nas

zonas costeiras e zonas baixas, alteração das rotas migratórias de espécies de peixe para outras regiões colocando pressão no setor das pescas. O aquecimento global e as alterações climáticas tornam a existência de fenómenos meteorológicos extremos (ciclones, furacões, tufões, tempestades tropicais, cheias, ondas de calor e secas extremas, eventos de grande precipitação num curto espaço de tempo) cada vez mais frequentes e intensos. A erosão física e química dos solos e as alterações climáticas reduzem cada vez mais a água potável disponível, com consequências em ambientes áridos e semiáridos em países em desenvolvimento, os quais apresentam menor capacidade e recursos para adaptação às alterações climáticas (Ferreira, 2018).

A fome no Corno de África causada por uma seca extrema de dois anos que matou 260 mil pessoas, em 2011; a seca no Sahel que colocou 18 milhões de pessoas em situação de Insegurança Alimentar em 2012; o tufão Winston nas ilhas Fiji, em 2016; a seca de mais de três anos na Síria; três furacões na bacia do Atlântico que destruíram as Caraíbas em 2017 são exemplos de algumas crises humanitárias que se devem às alterações climáticas (Ferreira, 2018). Os países Países Menos Avançados (PMA) e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) são os mais afetados pelas alterações climáticas particularmente na África e na Ásia (Busch, 2015). Os 20 países mais vulneráveis no mundo, são países em desenvolvimento e 17 são países africanos (Imagem 3 em anexo). De acordo com o African Development Bank (2020), insegurança alimentar estrutural é um desafio particular nas economias frágeis, em particular em África, que é a região com mais problemas de insegurança alimentar do mundo que regista 232 milhões de pessoas subnutridas. O PNUD aponta para as alterações climáticas como um dos maiores desafios mundiais neste século, podendo colocar em risco o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo nas comunidades mais pobres e mais vulneráveis.

IV. Segurança alimentar em Cabo Verde

Cabo Verde sempre apresentou problemas de Segurança Alimentar com episódios de seca escassez de alimentos e fomes devido às condições edafoclimáticas³ adversas e devido à “*pouca atenção dada pelas autoridades coloniais ao problema e pela estrutura de produção colonial*” e “*gestão desastrosa do meio ambiente*” desde o início da sua colonização (Ferreira et al, 2018; 704). A SA tornou-se prioritária no país na decorrência das graves fomes da década de 1940 e na sequência, foi elaborado Programa Nacional de Combate à Desertificação com infraestruturas de conservação do solo e da água (Ferreira et al, 2018). Segundo Carvalho (2008), as principais preocupações atuais são de carácter físico, ou seja disponibilidade de alimentos com qualidade mínima para garantir a alimentação adequada da sua população; e de carácter económico-social, que se refere ao acesso da população ao alimento.

O estudo da “Evolução da Pobreza Monetária Absoluta 2001/02, 2007 e 2015” do Instituto Nacional de Estatística (2018) mostra que a maior parte das despesas de consumo das famílias são direcionadas para a supressão das necessidades básicas como a alimentação e habitação. O peso alimentação e bebidas não alcoólicas no orçamento foi de 28,1% em 2015 e as despesas em habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis foi de 26,3% (INE, 2018). A população rural tem mais gastos com alimentação (34,4%) do que as do meio urbano (28,2%) (INE, 2018). Em 2015, Cabo Verde registou, a nível nacional, uma incidência de pobreza absoluta global de 35,2% cujo consumo médio anual por pessoa estava abaixo do limiar da pobreza⁴. Segundo o Anuário Estatístico Cabo Verde 2018, 23,7% da população em Cabo Verde vive em pobreza extrema, com menos de US\$1,90 por dia.

A população feminina, jovem, pouco instruída e rural são os mais afetados pela extrema pobreza (INE, 2015). As mulheres representam 52,9% da população pobre e 53,6% da população extremamente pobre e no meio rural, estas representam 53,1% dos pobres e 53,6% dos muito pobres. A pobreza afeta, essencialmente, os mais jovens com 25 anos de idade, que constituem 60% da população pobre e 63% da população muito pobre; 38,0% da população pobre é criança, menor de 15 anos, sendo 12,9% menores de 5 anos e cerca de 5% dos pobres é idoso, com 65 anos ou mais. A pobreza incide principalmente os agregados familiares numerosos (com uma grande taxa de dependência de mais de 2 crianças), baixo nível de instrução dos chefes de família e os agregados familiares representados por mulheres. Em 2015, 39,0% das famílias chefiadas por mulheres eram pobres e 30,6% da população residente em agregados representados por homens também são pobres. Os representantes das famílias pobres ocupam-se principalmente do setor primário, especialmente na agricultura. No meio rural, 46,4% dos representantes das famílias pobres trabalham no setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca. O desemprego atinge meio 36,6% da população no rural e 26,9%,

³ As condições edafoclimáticas correspondem aos factores do meio (clima, relevo, a litologia, temperatura, humidade do ar, o tipo de solo, precipitação pluvial) que influenciam o uso da terra pelo homem (Viana, 2007).

⁴ Segundo o “Documento Metodológico de Estimação da Pobreza Monetária Absoluta com base nos resultados do III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares - IDRFB 2015”, o individuo é considerado pobre quando reside a despesa de consumo médio anual é insuficiente para adquirir uma cesta básica de produtos alimentares e não alimentares. Esse valor está fixado em 95.461 CVE (262 escudos diários), para o meio urbano, e 81.710 CVE (224 escudos diários), para o meio rural.

no meio urbano. A incidência da pobreza é mais elevada no meio rural é de 48,5% do que no meio urbano cujo valor é de 27,8% (INE, 2018). Dos 179.909 pobres, 54.395 pessoas (10,6%) da população, vivem em extrema pobreza cujo rendimento *per capita* é inferior a 49.699 CVE (136 escudos diários), no meio urbano, ou menos de 49 205 CVE (135 escudos diários), no meio rural. No meio rural 20,3% da população é extremamente pobre e no meio urbano esse valor é de 5,3% (INE, 2018). De um modo geral 68,1% da população extremamente pobre vive no meio rural (INE, 2018).

A pobreza em Cabo Verde está muito relacionado com a falta de comida, trabalho e de dinheiro (INE, 2018). Em 2015, cerca de 49% famílias teve alguma dificuldade, dificuldade ou muita dificuldade de em gerir o dinheiro até ao final do mês. Nos três meses que antecederam à realização do IDRF 2015 cerca de 14,6% da população pobre declarou ter ficado privado de alimentos 1 a 2 vezes e cerca de 16% foi privado 3 ou mais vezes. Por outro lado, 23% das famílias pobres ficaram sem água potável pelo menos uma vez e cerca de 16% mais do que 3 vezes.

É nas ilhas de Santo Antão, Fogo e Santiago, as três ilhas predominantemente agrícolas que se encontram os valores mais elevados de pobreza (Ferreira & Pina, 2004). A pobreza e a insegurança alimentar estão relacionadas uma vez que as famílias com baixos rendimentos estão mais expostas à escassez de alimentos uma vez que têm menos recursos económicos para aceder aos mesmos (FAO, 2012).

1. Vulnerabilidade da Agricultura em Cabo Verde

Cabo Verde é um país vulnerável a fenómenos naturais em virtude da escassez de chuva e da sua geomorfologia (Fragoso 2007). As ilhas do arquipélago de Cabo Verde, devido à sua localização geográfica no grupo dos países do Sahel, apresentam um árido e semiárido, quente e seco. O clima de Cabo Verde é ameno com temperaturas médias anuais entre 20 °C e 25 °C. A precipitação apresenta valores reduzidos (em média, os 300 mm anuais) e ocorre nos meses de Agosto, Setembro e Outubro, podendo chover também nos meses de Julho e Novembro. As precipitações apresentam valores mais elevados ilhas mais montanhosas localizadas a Oeste e registam valores mais baixos nas ilhas mais planas, e situadas a Este. (Ferreira et al. 2018).

Silva (2009) refere que em Cabo Verde “*os solos são (...) bastantes pedregosos, apresentam tendência para a alcalinidade, um baixo teor em matéria orgânica e fraca capacidade de retenção de água, sendo, contudo, ricos em elementos minerais que se encontram bastantes erodidos*” (Silva, 2009; 9). Apenas cerca de 10% da superfície do país é apta para a atividade agrícola (Anuário de Segurança Alimentar 2005, 2006). Por outro lado, a fragmentação das terras não permite explorar as potencialidades das áreas cultivadas. Segundo a FAO (2012) a seca, a erosão eólica e hídrica e a pressão humana têm impacte sobre os recursos naturais e sobre sua exploração.

A agricultura praticada é de tipo familiar e tradicional sendo marcada pela escassez de água, baixa aptidão dos solos, tecnologia tradicional e pouca variedade de culturas cultivadas. Por conseguinte, estas características condicionam o desenvolvimento da agricultura e a disponibilidade de alimentos.

A prática de agricultura e a criação de animais são importantes para a segurança alimentar das populações rurais. As famílias pobres têm terrenos para agricultura (39%) e mais de metade das extremamente pobres (51,6%); 62,9% dos agregados pobres e 70,3% dos em extrema pobreza têm, pelo menos um animal de criação (galinhas, cabras e/ou porcos) (INE, 2015). Segundo o V Recenseamento Geral da Agricultura (2015), 34,8% da população, (182.396 pessoas) dedicam-se à prática da agricultura em Cabo Verde, em 2015. 50,9% dos agricultores eram mulheres e 49,1% homens e 65,1% residiam no meio rural e 34,9% no meio urbano. Em Cabo Verde, a seca e os contínuos maus anos agrícolas levam para o desemprego parte das populações rurais (EDPS).

O sector primário contribui com cerca de 8% da riqueza nacional, o que mostra o quanto a agricultura é pouco produtiva e a produção agrícola apenas satisfaz 20% das necessidades do país. O arquipélago é dependente das importações para o abastecimento de produtos alimentares. Assim, 80% dos produtos alimentares consumidos no país são importados. (Monteiro, 2012). De acordo com o “Boletim de Estatística 20 Anos” do Banco de Cabo Verde (2012) os produtos alimentares transformados e os produtos alimentares primários constituem a principal importação do país. Em Cabo Verde a agricultura é o sector que mais água utiliza, cerca de 70% do total de água subterrânea (INGRH, 2008). Correia (2001) refere que a água é um dos fatores que mais afeta o desenvolvimento em alguns países africanos cuja escassez se reflete na produção de alimentos, a saúde pública, indústria e recursos naturais. Nos trópicos, onde as áreas agrícolas estão dependentes da precipitação para rega, a ausência de pluviosidade poderá ter consequências para as populações mais pobres das áreas áridas (Obermaier et al., 2009). Segundo a FAO (2013), os grupos mais vulneráveis são as crianças, pequenos produtores e famílias chefiadas por mulheres principalmente em zonas rurais e peri-urbanas.

As alterações Climáticas são um assunto que preocupa a população. Segundo o inquérito sobre as mudanças climáticas realizado pelo Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG, 2007) 75,5% dos inquiridos revela grande interesse pelas alterações climáticas e 92,8 % sentem-se vulneráveis ao fenómeno. Para 79% dos inquiridos produção agrícola diminuiu, a disponibilidade de água para irrigação diminuiu para 61 % e 73 % identificam falta de pasto. Em 2018 a FAO incluiu Cabo Verde na lista de países a necessitar de assistência alimentar externa.

2. Impactes das mudanças climáticas em Cabo Verde

As Mudanças climáticas constituem ameaças ambientais, sociais e económicas ao desenvolvimento. Os efeitos das mudanças climáticas já se fazem sentir em Cabo Verde. O país é afetado por secas cíclicas que constituem ameaças à agricultura e à segurança alimentar das populações, particularmente as mais vulneráveis. A Comunicação Nacional Inicial de Cabo Verde (INC 1999) e a Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas identificaram a água, as florestas, o desenvolvimento costeiro, a agricultura e pecuária como os sectores mais vulneráveis às mudanças climáticas. Existe uma forte pressão sobre a exploração e a utilização dos recursos naturais.

A produtividade da agricultura de sequeiro poderá tornar-se cada vez mais baixa. As estimativas da FAO (2020) quanto à produção agrícola de culturas de sequeiro, como o milho, apontam para uma diminuição de 80% em comparação com a média de cinco anos, em Cabo Verde. Segundo os dados do INE, IDRF de 2015 em relação à Produção Agrícola em Cabo Verde entre 2014 e 2018, produção de Culturas Hortícolas e de Raízes e Tubérculos registou

uma taxa de variação média anual negativa de -10,7% e -5,9%, respetivamente. Apesar de o país ser quase suficiente em carne e ovos (Relatório à Conferência RIO+20, 2012) regista-se uma diminuição da produção. a produção de carnes bovina, caprina, ovina e suína apresentaram uma variação média negativa de -5,3%; a produção de frango registou uma variação de -17,2%; a de leite foi de -6,0%; e a produção de ovos registou um pequeno aumento de 0,01% (INE, IDRF 2015).

A ausência de precipitação em 2019 pode aumentar ainda mais a insegurança alimentar em Cabo Verde. Os números do Cadre Harmonisé (2020) revelam que em Cabo Verde existem cerca de 9 870 pessoas na Fase 3⁵ de Insegurança Alimentar (Imagem 4 e 5 em anexo). O país apresenta alto risco segundo a relação entre a gravidade, probabilidade e magnitude dos riscos, e da capacidade de fazer frente a esses riscos (Imagem 6em anexo).

Cabo Verde está entre os países mais vulneráveis às mudanças climáticas. Segundo o Notre Dame-Global Adaptation Index (2021), Cabo Verde é o 81º país mais vulnerável (nos setores dos alimentos, água, saúde, habitação e infraestrutura), (ND-GAIN Country Index, 2018). O país tem aumentado a sua capacidade de resiliência às alterações climáticas. Cabo Verde é o 77º mais resiliente (clima pra investimento estrangeiro, a estabilidade entre a sociedade e os arranjos institucionais, capacitação social) em 2018 (ND-GAIN Country Index, 2018).

Com efeito, as mudanças climáticas poderão afetar ainda mais a segurança alimentar, com consequências consideráveis no desenvolvimento rural, êxodo rural e pressão nas zonas periurbanas e na supressão de necessidades básicas da população. Deste modo, esses impactes devem ser levados em conta nas políticas de desenvolvimento sustentável.

V. Cooperação Cabo Verde e FAO

⁵ Os países são classificados como de “alto risco” quando há risco de uma nova emergência ou de uma deterioração considerável da situação atual, com riscos para a agricultura e a segurança alimentar. As fases são: 5) fome; 4) Emergência; 3) stress; 2) crise e 1) mínima. (FAO, 2020).

A segurança alimentar é cada vez mais, uma preocupação para os governos que a têm incluído nas suas políticas de desenvolvimento. Nos últimos anos tem-se reconhecido a necessidade de adoção de medidas de mitigação para as alterações climáticas com a contribuição de investigadores, agências governamentais, ambientalistas, ONGs e da população.

Cabo Verde e a FAO têm vindo a cooperar desde 1976 para a assistência técnica na agricultura, pesca, silvicultura e segurança alimentar. Enquanto as primeiras parcerias centraram-se, especialmente, na assistência de emergência, atualmente as intervenções procuram intervenções a longo prazo, na segurança alimentar e nutricional, aumento da produção e produtividade agrícolas, melhor gestão da terra (FAO, 2018). Os projetos contemplam a avaliação do impacto das mudanças climáticas na agricultura, florestas, pescas e modo de vida das famílias das zonas rurais.

As principais políticas nacionais em parceria com a FAO são: Criação do Conselho Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional e a revisão da Estratégia Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional; Preparação do Programa Nacional de Investimento Agrícola e Segurança Alimentar e Nutricional para implementar a Política Agrícola Comum da CEDEAO⁶ e do NEPAD⁷ e; Elaboração e implementação do Recenseamento Nacional da Agricultura de 2015 e do Plano Estratégico do Desenvolvimento das Estatísticas Agrárias e Rurais de Cabo Verde (2015-2021). A FAO presta apoio na implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) através da monitorização de dados e indicadores sobre segurança alimentar e nutrição; apoio técnico, formulação dos ciclos do ENSA; e dos estudos sobre a vulnerabilidade alimentar nos meios urbano e rural. A ENSA tem como objetivos a promoção de agricultura e pescas mais produtivas; garantir a disponibilidade, estabilidade e acesso económico aos alimentos; prevenção e gestão das crises; reforço das capacidades dos actores e a promoção de uma boa governança.

A assistência da FAO a Cabo Verde tem como base o Quadro Programático do País (CPP) para o período 2018-2022, com os seguintes objetivos: a) reforço da governança da segurança alimentar através de políticas de proteção e inclusão social e nutricional destinado aos mais vulneráveis; b) aumento dos rendimentos através da transformação e do crescimento na Economia Verde⁸ e a Economia Azul⁹; c) desenvolvimento e implementação de abordagens integradas e inovadoras para a gestão sustentável e participada dos recursos naturais.

Para a garantir a sustentabilidade da agricultura e da silvicultura e reduzir a dependência do país à importação foi implementado um projeto sobre agricultura urbana e periurbana, com vista a melhorar a segurança alimentar e nutricional, reduzir a pobreza, criar empregos

⁶ Comunidade Económica dos Estado da África Ocidental

⁷ Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

⁸ A Economia Verde é uma economia inclusiva socialmente, que melhora o bem-estar humano e que reduz os riscos ambientais e a escassez. Apresenta-se como alternativa ao modelo económico dominante responsável pelas desigualdades, desperdício e gestão não racional dos recursos (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2021).

⁹ A economia baseada em actividades marítimas (como pescas, aquicultura, indústrias de processamento, turismo, a defesa das áreas marítimas, entre outras actividades) com gestão sustentável dos recursos e promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades (Economia azul, 2021)

(principalmente jovens e mulheres) e contribuir para o crescimento da economia. Por outro lado, foi executado um projeto de floresta urbana e periurbana, financiado pela UE, para melhorar a qualidade de vida das comunidades, através criação de espaços verdes, sua autogestão e reforço das capacidades institucionais de planeamento e gestão dessas áreas. (FAO, 2018)

A FAO apoia o Governo na implementação do Programa de Emergência para Mitigação da Seca e do Mau Ano Agrícola (PEMSMAA) para a ajuda rendimento dos agricultores e no seu acesso aos alimentos. Na sequência da erupção do vulcão do Fogo, a FAO implementou um Projeto de Ajuda de Emergência garantido às populações deslocadas água e fontes de rendimento. A FAO também apoia Cabo Verde na criação de um Sistema Integrado de Gestão de Pestes para combater a lagarta-docartucho-do-milho em todas as ilhas do país.

A Estrutura de Programação do País 2012-2016 (CPF) teve como objetivo de apoiar a continuidade no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e os objetivos de agricultura sustentável e desenvolvimento rural através de identificação e implementação de iniciativas relacionadas com inovação tecnológica, melhores práticas e baseado em evidências no desenvolvimento dos setores agrícola e rural.

O CPF define cinco áreas prioritárias para a assistência de médio prazo da FAO em colaboração com o Governo e os Ministérios do Desenvolvimento Rural (MDR), Infraestrutura e Economia Marinha (MIEM), Educação e Desporto (MED), Meio Ambiente, Habitação e Planeamento Territorial (MAHOT) e Finanças (MF) - bem como uma série de ONGs importantes e da sociedade civil. O CPF tem um alinhamento programático com o Plano Nacional de Investimento Agrícola (2010-2015), Programa do Governo (2011-2015), Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza III (DECRP 2012-2016) e o ciclo do UNDAF / One UN Programme (2012-2016).

As cinco prioridades que resultam da colaboração foram as seguintes: a) Melhorar a disponibilidade de alimentos a nível nacional e aumento da produtividade e a diversificação da produção agrícola, controle sanitário, de pragas e doenças, reforço das capacidades para projetar e implementar políticas e planos para a gestão de terras, florestas e pescas; b) Melhorar o acesso aos alimentos por meio do desenvolvimento de mercados agrícolas, comércio e agro-processamento, com o foco no comércio interno; c) Estabilizar o abastecimento de alimentos através de uma melhor gestão de risco de desastres, gestão de desastres, e adaptação às alterações climáticas através da assistência na avaliação do impacto das mudanças climáticas na agricultura, florestas, pescas e modo de vida das famílias das zonas rurais; inclusão de questões ambientais nos planos de desenvolvimento ao nível das ilhas; d) Apoiar programas de segurança alimentar para melhorar a segurança alimentar e nutricional das famílias, bem como o direito à alimentação, com enfoque no reforço da capacidade de implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA).

Em Cabo Verde a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) para o período 2003-2015 foi coordenada pelo Ministério do Ambiente e Agricultura e contou com apoio técnico da FAO. A estratégia tinha como objectivos específicos: a) Promover uma agricultura e pesca mais produtivas, mais diversificadas e duradouras; b) Garantir a disponibilidade e estabilidade dos produtos alimentares no abastecimento dos mercados centrais e periféricos; c) Melhorar o acesso económico aos bens alimentares de base e aos serviços sociais de base; d) Reforçar os dispositivos de prevenção e gestão das crises no quadro do sistema de segurança alimentar; e) Assegurar o reforço das capacidades dos actores e a promoção de uma boa

governança da segurança alimentar; f) Garantir a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água com vista a protecção da saúde pública e do consumidor. Por outro lado a FAO é parceira da ENSA para o reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada na legislação; e o reforço da capacidade técnica e financeira. (ENSA, 2014)

A FAO em parceria com os Ministérios da Agricultura e Ambiente e da Economia Marítima criou a iniciativa “*Hand in Hand*”/de mãos dadas (2019) cujos objetivos se prendem com a erradicação da pobreza, da fome e de todas as formas de subnutrição e com o cumprimento dos ODS. A iniciativa tem em vista a transformação agrícola e desenvolvimento rural sustentável e aumento da disponibilidade e acessibilidade de alimentos nutritivos em quantidade e qualidade nos mercados locais, regionais e nacionais. Cabo Verde é o primeiro país africano onde já foi apresentada a iniciativa “*Hand in Hand*”, que apoia os países em vias de desenvolvimento, países insulares, e países afetados por crises alimentares.

A FAO está a desenvolver um projeto piloto para mitigar os efeitos da seca através da utilização de águas residuais, após tratamento, através das energias renováveis, com a instalação de painéis solares, na agricultura de Cabo Verde. Este projeto visa capacitar agricultores e técnicos das Câmaras Municipais e do Ministério do Ambiente. A implementação será feita nos concelhos de Mindelo (São Vicente) e no Tarrafal (Santiago), cujo investimento global será de 390 mil dólares (350 mil euros) (Portugal Digital, 2019). No Mindelo, o projeto de utilização de águas residuais tratadas sem risco na agricultura está a ser implementado na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Ribeira de Vinha, permitindo tratar 50 dos 1.500 metros cúbicos diariamente produzidos naquela central. No caso da ETAR de Ribeira de Vinha este projeto vai abranger sete das 90 parcelas dos 30 hectares agrícolas de *Tchon d’Holanda*, área que foi desenvolvida também com a contribuição de outros projetos financiados pela FAO. No entanto é necessária a importação de materiais e equipamentos que não se encontram facilmente no país para a realização do projeto (Portugal Digital, 2019).

O projeto “Reforço da capacidade de adaptação e resiliência no sector florestal em Cabo Verde” (REFLOR CV) o Ministério da Agricultura e Ambiente, da FAO e financiado pela UE, orçado em mais de 5 milhões de euros, tem como objetivo o reforço da capacidade de adaptação e resiliência no sector florestal. O projecto REFLOR CV está a ser implementado nas ilhas de Santiago, Boa Vista e Fogo com um período de vigência de quatro anos (2017-2021). O Ministro da Agricultura e Ambiente, Gilberto Silva, avança que os recursos não permitem intervir em todas as ilhas, pelo que foi necessário definir prioridades (Expresso das Ilhas, 2020). O principal objetivo é aumentar a resiliência e a capacidade de adaptação em relação aos riscos colocados pelas alterações climáticas e desertificação e degradação da terra no país (Infopress, 2019). Além disso, este projeto tem como objetivo apoiar a preservação da biodiversidade nacional (terrestre), dos ecossistemas e regeneração natural.

A UE e a FAO restauram de 100 hectares de floresta degrada nas localidades de Furna, Serra Malagueta (Santa Catarina) e Pedra Comprida (Tarrafal). Na sequência do sucesso da medida, o Chefe da Cooperação da UE, José Romano, e a representante da FAO em Cabo Verde, Ana Touza garantem continuidade do projeto, que termina em Junho/Julho 2021. Segundo o chefe da Cooperação da EU a população das três localidades estão a fazer um “excelente trabalho” e fazer progressos no combate às alterações climáticas, sobretudo as mulheres (Infopress, 2019). O Chefe de Cooperação da Delegação da UE, José Román, referiu que, apesar de 5 milhões de euros não serem suficientes num período de seca severa, realçou a importância da cooperação para ser mais ampla e no âmbito das alterações climáticas no futuro. Román (2019) coloca as alterações climáticas no topo das prioridades políticas da Comissão Europeia para ajudar Cabo Verde na sua resiliência.

Em 2018, a FAO incluiu Cabo Verde na lista de países a necessitar de assistência alimentar externa 192 mil pessoas (35% da população) devido significativa queda na produção de alimentos e perda de cabeças de gado em 2017. O ministro da Agricultura de Cabo Verde, Gilberto Silva, pediu inclusão na lista da FAO de países a precisarem de assistência alimentar em ano de seca, uma das piores das últimas décadas de modo a dar continuidade ao programa de emergência devido à seca e ao mau ano agrícola (Jornal Observador, 2018). O programa de emergência de 10 milhões de euros tem como medidas prioritárias o proteção de gado, fornecimento de água, acesso a financiamento e criação de emprego no meio rural.

A FAO coopera com os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) através de assistência técnica na agricultura, pecuária, pesca, gestão de recursos naturais e segurança alimentar. A FAO tem um projeto de Desenvolvimento da cadeia de valor agro em Cabo Verde cujos objetivos são reduzir a pobreza, criação emprego e dinamização da agricultura, expansão do mercado doméstico aos produtores locais.

O tema deste trabalho enquadra-se em vários objetivos de desenvolvimento Sustentável determinados na Agenda 2030 definida pelas Nações Unidas em 2015: 1) Erradicação da pobreza; 2) erradicação da fome; 3) Saúde de qualidade; 6) água potável e saneamento; 12) produção e consumo sustentáveis; 13) ação climática; 15) proteção da vida terrestre; e 17) parcerias para a implementação dos objetivos.

No objetivo 1, correspondente à Erradicação da pobreza, destaca-se a meta: “Até 2030, aumentar a resiliência dos mais pobres e em situação de maior vulnerabilidade, e reduzir a exposição e a vulnerabilidade destes aos fenómenos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais.”

No objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Erradicação da fome evidenciam-se as seguintes metas estabelecidas em 2015: “Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os mais pobres e pessoas em situações vulnerável, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano”; “Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às alterações climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo” são as metas principais. Este objetivo é o 9º ODS com mais mobilização de recursos financeiros das NU cujos Recursos Disponíveis (Anual) são de \$921,731 (Ver Imagem 1 em anexo). Em 2021 As Nações Unidas estão a implementar 12 atividades-chave em 21 localidades em Cabo Verde referentes ao Objetivo 2 (Ver Imagem 2 em anexo). Existem 28 atividades para ODS 1 - Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares; 3 referentes ao ODS 6 - Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos; e 16 para o ODS 13 - Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos; 12 atividades ODS 14 - Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável e 6 ODS 15 - Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade. Por outro lado, o objetivo 13 Ação climática, apresenta uma meta que relaciona o desenvolvimento com as alterações climáticas: “Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planeamento e gestão

eficaz no que respeita às alterações climáticas, nos países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, e que tenham um especial enfoque nas mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas” (UNRIC, 2020).

VI. Considerações finais e recomendações

O objetivo desta pesquisa foi analisar as estratégias e linhas gerais do governo de Cabo Verde em relação à segurança alimentar no país e discuti-las criticamente considerando a sua pertinência e articulação com as proposições e orientações sobre o tema defendidas pelas instâncias internacionais como em parceria com as instâncias internacionais como a FAO e Nações Unidas face à ameaça das alterações climáticas para garantir a segurança alimentar no país face às alterações climáticas. As questões levantadas foram: a) se a cooperação pretende fazer uma a gestão sustentável dos recursos naturais como água e solo; b) se os projetos contribuem para uma menor dependência em relação ao exterior; c) se conta com o envolvimento das populações locais nas tomadas de decisões. Apesar de não existir muita informação sobre os resultados destas medidas, é possível tirar algumas conclusões.

É reconhecida a importância das medidas institucionais para garantir a SA às populações bem como a influência que as alterações climáticas têm sobre a mesma. No mesmo sentido, é visível o esforço do país para fazer face às dificuldades que a segurança alimentar tem trazido ao país ao longo da sua história.

Os principais pontos positivos da parceria com a FAO com Cabo Verde são a existência de uma estratégia nacional de SAN formulada e aprovada e do apoio na parte legislativa que assume a SA como uma prioridade. Por outro lado esta cooperação também tem procurado utilizar práticas mais sustentáveis em termos ambientais. A garantia no acesso físico e social aos alimentos bem como a prestação de apoio financeiro aos produtores locais e dinamizar a agricultura e economia são prioridades no país. Cabo Verde compromete-se com o cumprimento dos ODS e são estes que norteiam as políticas de desenvolvimento. A redução da pobreza e a SA bem como os impactos das alterações climáticas sobre estas são áreas muito discutidas e para as quais convergem recursos financeiros, sociais e humanos.

Apesar dos esforços no sentido de tornar o país mais sustentável e autossuficiente, ainda apresenta grande dependência da ajuda externa para a sua segurança alimentar em termos de apoios financeiros e de disponibilidade de alimentos. O país ainda é bastante dependente das importações para satisfazer as suas necessidades internas. Por outro lado, através da análise dos documentos disponíveis é visível o ainda baixo nível de participação social na tomada de decisão. Foram criadas acções de esclarecimento ao nível local, grupos para a sociedade civil participe nesse processo, nos quais podem partilhar as suas experiências entre si. Não obstante, um estudo sobre SA de 2019 que diz que apesar de haver grupos que incentivem a contribuição de diversos atores, muitos agricultores não participam diagnósticos, planeamento, execução e gestão global dos programas e políticas. O país deve procurar assegurar a SA principalmente os grupos mais vulneráveis como as famílias chefiadas por mulheres, grupos com menores rendimentos e populações rurais através de políticas de proteção social, agricultura sustentável, nutrição, saúde e educação para aqueles grupos em particular. Estes também devem ser envolvidos nas tomadas de decisão. Deve-se procurar aumentar o acesso das mulheres e jovens aos recursos e oportunidades através de atividades como o Clube Dimitra para aumentar a SA das famílias. Por outro lado seria necessário maior disponibilidade de documentos acerca dos progressos das medidas uma vez que os documentos disponibilizados são de carácter técnico se enumeração das medidas mas não tanto da avaliação das mesmas.

É importante ter em conta: a preservação dos recursos naturais como a água, solo. A ENSA (2014) refere que deve haver uma reforma nas explorações, que por serem de pequenas dimensões, não permitem aumentar as produções. Recomenda, contudo que o aumento da produção não esteja implicado com a utilização excessiva agrotóxicos. Por exemplo, o aumento da produção não deve fazer um uso exaustivo (não racional) dos recursos naturais ou uso indiscriminado de agrotóxicos; as novas tecnologias que venham a ser utilizadas na de produção não deve implicar na exclusão de agricultores familiares tradicionais; deve-se capacitar os agricultores de modo a que não fiquem totalmente dependentes das ajudas externas para a sua capacidade técnica e de gestão e garantir a participação de grupos muito vulneráveis com as mulheres pequenos produtores e famílias mais carenciadas. Segundo os estudo da FAO, e os dados estatísticos do país as mulheres das áreas rurais são as mais afetadas pela insegurança alimentar, deste modo o acesso a propriedades agrícolas tomada de decisões domésticas, educação, finanças e mercados pode diminuir a desigualdade de género e assim aumentar a produtividade agrícola.

A FAO sugere aos países com problemas de SA a produção de mais alimentos com a mesma quantidade de terra e água; a utilização de sementes mais resistentes à seca; criação de gado adequado à temperatura local; utilização de instalações de armazenamento e realizar formação relevante (FAO, 2018). É importante, contudo que essas tecnologias devem ser acessíveis a todos os grupos económicos e etários. Por outro lado é importante englobar conhecimentos dos produtores locais. Com base no modelo de Soberania Alimentar o país poderia perspectivas semelhantes assentes numa produção agrícola familiar com alimentos saudáveis vendidos a preços justos nos mercados locais e reduzir assim a dependência externa.

VII. Referências bibliográficas

V Recenseamento Geral da Agricultura. (2015). Cabo Verde. Acedida a 9/05/20 em <https://www.humanitarianresponse.info/en/operations/cabo-verde/document/v-recenseamento-geral-da-agricultura-2015-spa>

African Development Bank. (2015). Unlocking Africa’s potential to create wealth from agriculture. Acedida a 10/02/21 em <https://www.afdb.org/en/news-and-events/unlocking-africas-potential-to-create-wealth-from-agriculture-14841>

African Development Bank. (2020). Feed Africa. Acedida a 10/02/21 em <https://www.afdb.org/en/the-high-5/feed-africa>

African Development Bank (2020). Nutrition Ten things you should know. (p.1). Acedida a 10/02/21 em https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/Nutrition_Ten_things_you_should_know.pdf

Amaro, R. R. (2017). Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Desenvolvimento e... Noflay!. (pp77-83). Desenvolvimento e a Coerência das Políticas. Cadernos de Estudos Africanos. Acedida 03/04/20 em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17206/1/cea-2335.pdf>

Banco de Cabo Verde (2012). Boletim de Estatísticas 20 Anos. (pp.24-25). Acedido a 13/10/20 de [https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/serieshistoricasecompilacoes2/compilacoes3/Boletimdeestatisticasde20anos/Documents/Boletim%20de%20Estat%20C3%ADstic%20de%2020%20anos%20\(1991%20a%202010\).pdf](https://www.bcv.cv/pt/Estatisticas/serieshistoricasecompilacoes2/compilacoes3/Boletimdeestatisticasde20anos/Documents/Boletim%20de%20Estat%20C3%ADstic%20de%2020%20anos%20(1991%20a%202010).pdf)

Brissos, S. (2016) Segurança Alimentar e Nutricional Global: Evolução Conceptual, Desafios Atuais e Indicadores de Medida. (pp.21-25). Acedido a 11-10-2020 em <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/14864/1/WP149.pdf>

Borges F. H. & Tachibana W.K. (2005) A evolução da preocupação ambiental e seus reflexos no ambiente dos negócios: uma abordagem histórica. (pp77-83) XXV Encontro Nac. de Eng. de Produção – Porto Alegre, RS, Brasil. Acedida a 09/02/21 em http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2005_Enegep1005_1433.pdf

Caixeta, M.B (2014) Cooperação sul-sul como nova tendência da cooperação internacional: o discurso e a prática da cooperação técnica do Brasil com São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose (pp.41-44)<https://core.ac.uk/download/pdf/33548385.pdf>

Correia, A. M. N. G. (2001). A água como um dos factores de desenvolvimento do Continente Africano no próximo milénio. População, Ambiente e Desenvolvimento em África. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa. 140-174. Lisboa.

CES (2021) Fórum Social Mundial. Observatório sobre Crises e Alternativas. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Acedida a 11/02/21 em https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id_lingua=1&pag=7744

Economia azul (2021) economia azul: a nova economia do mar <https://www.economiaazul.pt/economia-azul-economia-do-mar>

ENSA (2014) Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. atualização horizonte 2020. Acedido a 01/10/20 de

https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/ensan_2020_vf.pdf

Expresso das Ilhas (2020) Projeto REFLOR Acedido a 03/11/20 de

<https://expressodasilhas.cv/pais/2020/02/12/o-projecto-reflor-cv-reune-no-3o-comite-de-pilotagem-na-cidade-da-praia/67943>

FAO (1996). Rome Declaration on World Food Security. Italy. Acedida a 06/03/20 em

<http://www.fao.org/3/w3613e/w3613e00.htm>

FAO (2006) Policy Brief. Issue 2. (p.1). Acedida a 09/02/21 em

http://www.fao.org/fileadmin/templates/faoitaly/documents/pdf/pdf_Food_Security_Cocept_No te.pdf

FAO (2014). Avaliação do direito à alimentação (pp.6-7). Cadernos de trabalho sobre o direito à alimentação. Acedida a 11/02/21 em <http://www.fao.org/3/i3454o/i3454o.pdf>

FAO (2014) Food Security and Nutrition in Small Island Developing States (SIDS) Acedido a

05/03/20 em <http://www.fao.org/3/I3927E/i3927e.pdf>

FAO (2018) Cabo Verde e a FAO Uma parceria pela resiliência e desenvolvimento rural

sustentável Acedido a 19/07/20 de <http://www.fao.org/3/a-ax956o.pdf>

FAO (2020). Sobre a FAO. Acedido a 11/02/20 em <http://www.fao.org/portugal/acerca-de/pt/>

FAO (2020). Early Warning Early Action Report on Food Security and Agriculture. (pp i-iii)

Acedida 08/04/20 em <http://www.fao.org/3/ca7557en/CA7557EN.pdf>

Ferreira, P. M. (2017) ”Alterações Climáticas e Desenvolvimento” . FAO. (pp 12-49). Acedido

a 05/03/20 <https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/estudoalteracoesclimaticas-coerencia.pdf>

Ferreira, P. M. (2018).Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento. FAO. (pp.13-40).

Acedido a 05/03/20 http://www.fecong.org/pdf/publicacoes/Estudo_Seguranca_Alimentar.pdf

Ferreira et al. (2018). A luta contra a desertificação em Cabo Verde (pp703-704). Acedido a

13/10/20 de https://www.riscos.pt/wp-content/uploads/2018/Outras_Pub/outras/frebelo/FRebelo_artigo44.pdf

Fórum Social Mundial. (2017). Carta de princípios do Fórum Social Mundial. Acedida a

07/02/2021 em <https://wsf2018.org/carta-de-principios-do-forum-social-mundial/>

Fragoso M.A.C. (2007) Estudos sectoriais vulnerabilidade e adaptação às mudanças climáticas em Cabo Verde. Ministério do ambiente e agricultura instituto nacional de meteorologia e

geofísica. (pp.21-35). Acedido a 23-04-2020 em

<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3801/1/Estudos%20Sectoriais%20-%20Vulnerabilidade%20e%20Adapta%C3%A7%C3%A3o%20C3%A0s%20Mudan%C3%A7as%20Clim%C3%A1ticas%20em%20cabo%20Verde.pdf>

FSM (2018). Histórico-conheça a trajetória do FSM 2018. Acedida a 11/02/21 em <https://wsf2018.org/o-fsm/historico-conheca-trajetoria-do-fsm-2018/>

Governo Cabo Verde (2020) Apresentada na Praia a iniciativa da FAO “Hand in Hand” 13/10/20 <https://www.governo.cv/apresentada-na-praia-a-iniciativa-da-fao-hand-in-hand/>

HLPE (2012). Food security and climate change. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome 2012. Acedido a 10/05/20 em <http://www.fao.org/3/me421e/me421e.pdf>

INE (2001 – 2002) Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF), Condições de Vida Acedida 05/06/20 em http://www.ine.cv/dircv/index.php/catalog/15/related_materials?glnopphlnophlfkf

INE (2018). “Perfil da Pobreza Absoluta em Cabo Verde: Evolução da Pobreza Monetária Absoluta 2001/02, 2007 e 2015. (pp. 45-114). Acedida 07/03/21

<http://ine.cv/wp-content/uploads/2018/06/idrf-2015-perfil-da-pobreza-versao-final.pdf>

INE (2020). Anuário estatístico 2018. Acedida 05/06/20 em <http://ine.cv/wp-content/uploads/2020/10/aecv-2018.pdf>

Infopress (2019). Santiago: UE e FAO enaltecem ganhos e garantem continuidade do projecto REFLOR – CV. Acedida 13/10/20 em <https://inforpress.cv/santiago-ue-e-fao-enaltecem-ganhos-e-garantem-continuidade-do-projecto-reflor-cv/>

INGRH (2008) “Plano de Acção e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos. Conselho Nacional da Água”. Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.islhagua.itccanarias.org/web/guest/ingrh-cavo-verde>

Inquérito de Seguimento da Vulnerabilidade Alimentar das Famílias (ISVAF) Acedida 05/06/20 em <https://www.sia.cv/index.php/teste/148-actualidades/118-o-maa-apresenta-resultados-do-inquerito-de-seguimento-da-vulnerabilidade-isvaf>

Meneses M. P. M & Santos B.S. (2009). Epistemologias do Sul. (p12). Almedina-CES

Ministério do Ambiente e Agricultura Cabo Verde (2006) “Projeto rede de segurança alimentar” Acedida 05/06/20 em http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/eufao-fsi4dm/doc-training/rede.pdf

Monteiro, M. F. F. (2012). Segurança alimentar em cabo verde: Estudo de Caso no Concelho de Ribeira Grande, Ilha de Santo Antão. (p.1). Acedida a 05/06/20 em <https://core.ac.uk/download/pdf/38682094.pdf>

Nações Unidas em Cabo Verde (2021). Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Cabo Verde. Acedida a 09/02/21 em <https://cabo Verde.un.org/pt/sdgs>

Obermaier, et all (2009) Adaptation to Climate Change in Brazil: The Pintadas Pilot Project and Multiplication of Best Practice Examples through Dissemination and Communication Networks. RIO9-World Climate & Energy Event. Acedida 05/07/20 em https://www.researchgate.net/publication/228923781_to_climate_change_in_Brazil_The_Pintad

as_pilot_project_and_multiplication_of_best_practice_examples_through_dissemination_and_communication_networks_56kB

Observador, (2018) Cabo Verde pediu inclusão na lista da FAO de países a precisarem de assistência alimentar. Acedida 05/11/20 em <https://observador.pt/2018/06/14/cabo-verde-pediu-inclusao-na-lista-da-fao-de-paises-a-precisarem-de-assistencia-alimentar/>

PEDS (2018). Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021 Acedida a 09/02/21 em <https://peds.gov.cv/sites/default/files/2018-10/PEDS%202017-2021%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf>

Rádio AfroLis (2020) Programa Especial: “Afrotopia”, em conversa com Felwine Sarr. Acedida 19/08/20 em <https://radioafrolis.com/2020/03/08/programa-especial-afrotopia-em-conversa-com-felwine-sarr/>

Relatório à conferência RIO+20 (2012). Cabo Verde no contexto do desenvolvimento sustentável. (pp.3-4) Acedida a 11/02/21 em <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/8943/-CABO%20VERDE%20NO%20CONTEXTO%20DO%20DESENVOLVIMENTO%20SUSTENT%C3%81VEL%20-RELAT%C3%93RIO%20%20C3%80%20CONFER%C3%8ANCIA%20RIO+20-20121036capeverdesummary.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

Silva, M.G. (2006). Rede de segurança alimentar. Acedida a 11/02/21 http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/eufao-fsi4dm/doc-training/rede.pdf

Silva, J. C. (2009). Importância da Horticultura para a Segurança Alimentar em Cabo Verde – Estudo de Caso na Ilha do Fogo. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia. Lisboa, (p9). Acedida 19/08/20 em <https://core.ac.uk/download/pdf/38682079.pdf>

Silva, M. Z. (2014). Cooperação Sul-Sul, Investimentos Externos e Desenvolvimento: Existem novas perspectivas a partir do sul global?. (p36). Cadernos de Estudos Africanos. Acedida 19/08/20 em <https://journals.openedition.org/cea/1454>

Simon, G. A. (2009) Concepto y gobernanza internacional de la seguridad alimentaria: de dónde venimos y hacia dónde vamos. Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros. 224: 4/2009. Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino. Madrid. (pp21-26). Acedida 19/08/20 em <https://ageconsearch.umn.edu/record/185957/>

Thomas, A. (2000). Meanings and views of development. In Allen, T., & Thomas, A. (Eds.), Poverty and development into the 21st century (pp. 47-48). Oxford & Nova Iorque: Open University & Oxford University Press.

University of Notre Dame Global Adaptation Index Country Index Rankings (2018) <https://gain.nd.edu/our-work/country-index/rankings/>

University of Notre Dame Global Adaptation Index Country Index Technical Report (2015) https://gain.nd.edu/assets/254377/nd_gain_technical_document_2015.pdf

UNRIC. (2020). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Acedida 11/09/20 em <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

Viana, C. (2007). O que se entenderá por «condições edafo-climáticas». Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. ISCTE-IUL. Acedido a 11-10-2020 em <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/condicoes-edafoclimaticas/21084>

VIII. Anexos



Imagem 1 - Onde são investidos os recursos das Nações Unidas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Cabo Verde, 2021

Fonte: ONU-Cabo Verde, 2021



Imagem 2 - Número de diferentes atividades das Nações Unidas planeadas por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (2021)

Fonte: ONU-Cabo Verde, 2020

FIG.15 RANKING DE VULNERABILIDADE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

(impactos físicos ajustados à capacidade de resposta)

1. Somália	11. Afeganistão
2. Burundi	12. Níger
3. Myanmar	13. Ruanda
4. Rep. Centro-Africana	14. Sudão
5. Eritreia	15. Malawi
6. Guiné-Bissau	16. Serra Leoa
7. Zimbabué	17. Bangladesh
8. Libéria	18. Togo
9. Etiópia	19. Chade
10. R.D. Congo	20. Guiné (Conacri)

Fonte: Mapping the impacts of Climate Change, Center for Global Development
<https://www.cgdev.org/page/mapping-impacts-climate-change>

Ilustração 3 – Os países mais vulneráveis às alterações climáticas

Global risk map: January–March 2020

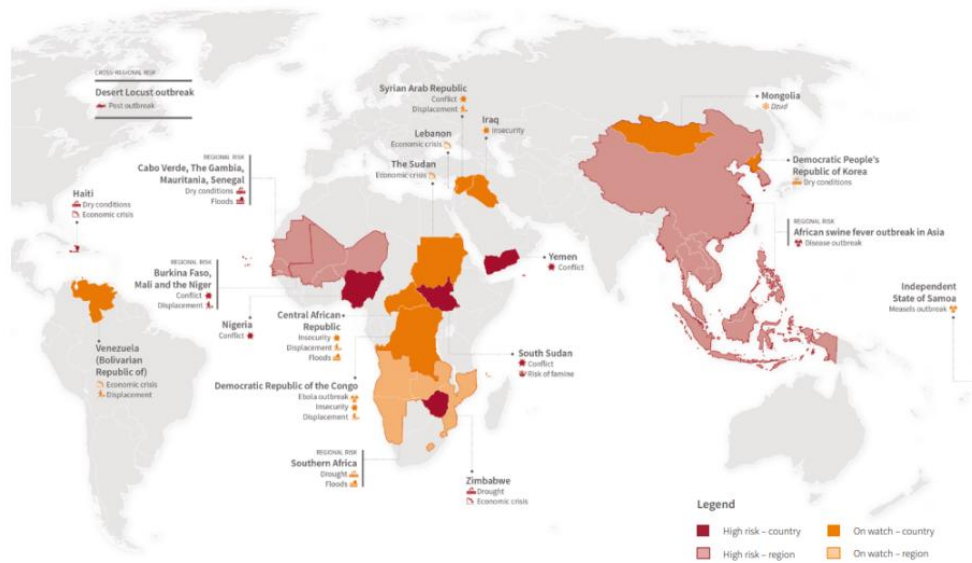
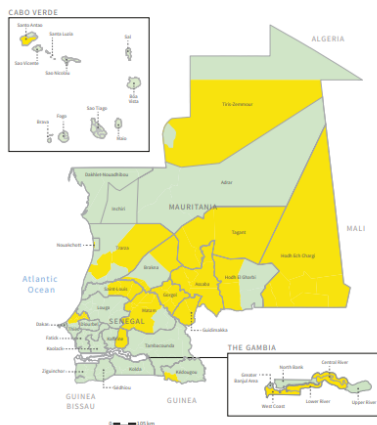


Imagem 4 - Os níveis de grave insegurança alimentar (outubro a dezembro de 2019)

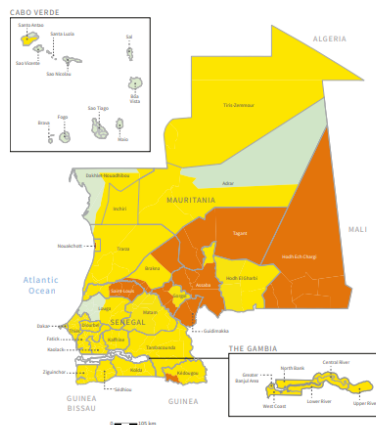
Current acute food insecurity situation

(October–December 2019)



Projected acute food insecurity situation

(June–August 2020)



CH phase classification

5 - Famine 4 - Emergency 3 - Crisis 2 - Stressed 1 - Minimal Not analysed Inadequate evidence

Source: Cadre Harmonisé, November 2019

Imagem 5- Situação atual de insegurança alimentar aguda em 2020

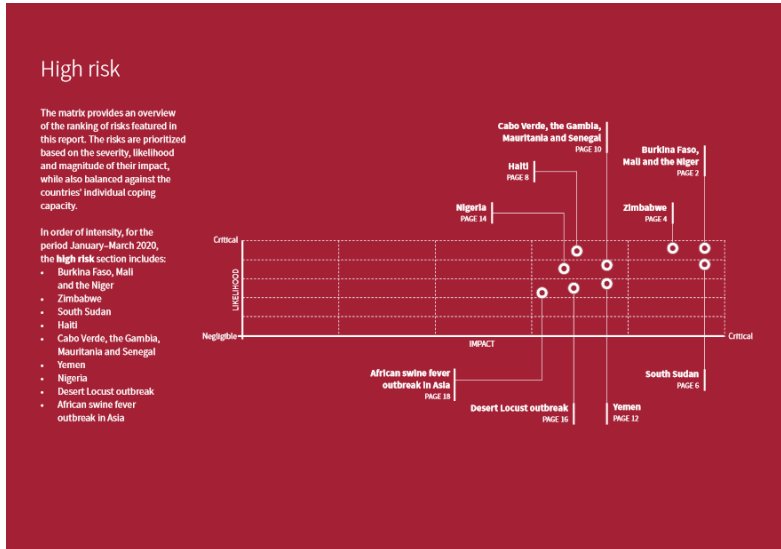


Imagem - 6 Risco de uma nova emergência ou uma deterioração significativa da situação atual com efeitos potencialmente graves na agricultura e na segurança alimentar em 2020

Fonte: FAO, 2020